

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL Nº 001/2016

CONCURSO PÚBLICO para
Delegado de Polícia Civil



T

Verifique se esta
LETRA é a mesma
do seu Cartão
de Respostas.

O CANDIDATO QUE FIZER
PROVA DE LETRA DIFERENTE
SERÁ ELIMINADO.

CÓDIGO
D01

MANHÃ

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DE ARISTÓTELES PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“Só fazemos melhor aquilo que repetidamente insistimos em melhorar.”

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.
- ESTE CADERNO CONTÉM 80 (OITENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	05	0,1
Direito Administrativo	10	0,1
Direito Ambiental	05	0,1
Direito Civil/Empresarial	10	0,1
Direito Constitucional	10	0,1
Direitos Humanos	05	0,1
Direito Penal	10	0,2
Direito Processual Penal	10	0,2
Medicina Legal	05	0,1
Legislação Especial	10	0,1

- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM. CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.
- RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS E ANOTAR SEU GABARITO.
- O CADERNO DE QUESTÕES SERÁ ENTREGUE JUNTAMENTE COM O CARTÃO DE RESPOSTAS.
- CONFIRA OS DADOS CADASTRAIS CONTIDOS NO CARTÃO DE RESPOSTAS, CASO HAJA ALGUMA INCORREÇÃO, COMUNIQUE AO FISCAL.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O documento oficial original de identificação e os pertences recolhidos pelo fiscal de sala serão devolvidos na saída definitiva do candidato, após entrega do cartão de Resposta assinado e Caderno de Questões;
- A coleta de impressão digital será efetuada na entrada da sala, na lista de presença, e por ocasião da saída em definitivo do local de prova, no Cartão de Respostas;
- Após o início da prova e até a entrega do cartão de Respostas e Caderno de Questões, o candidato poderá pedir ao fiscal para autorizar sua ida ao banheiro, *permanecendo calado no trajeto*, sempre acompanhado do fiscal, sofrendo antes e depois da entrada na sala revista através de detector de metal;
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 2 (duas) horas do início efetivo da prova;
- Após 2 (duas) horas do início efetivo da prova, o candidato poderá anotar o gabarito da prova, exclusivamente, em formulário próprio a ser distribuído pelos fiscais de sala. Não será permitido, em momento algum, levar o caderno de questões.
- Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair somente juntos, após assinarem o relatório de ocorrência;
- AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO DEVERÁ SE RETIRAR IMEDIATAMENTE DO LOCAL, NÃO SENDO POSSÍVEL, NEM MESMO, A UTILIZAÇÃO DOS BANHEIROS E/OU BEBEDOUROS;
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local;
- A equipe de fiscalização não está autorizada a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas;
- Será eliminado do Concurso Público da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos contidos no EDITAL Nº 01/2016 - SEAD/PCPA, CONCURSO C-203.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Texto para as questões de 01 a 05.

Não raro as palavras “moral” e “ética” aparecem num mesmo contexto e, às vezes, são erroneamente entendidas como sinônimos. A primeira tem caráter prático, relativo e restrito a determinada circunstância. Já a segunda é a reflexão filosófica sobre a moral, busca compreender sua lógica e justificá-la. É necessário reconhecer que a própria etimologia dos termos favorece dúvidas. [...] Podemos pensar que moral são as normas que devem ser seguidas e tem como objetivo regular o comportamento [...]. Já a ética expressa um conjunto de valores que orientam as ações com o fim de preservar o bem-estar coletivo.

É possível dizer que, enquanto a ética é teórica, “filosófica”, a moral está associada à prática, ao cotidiano, à maneira como vivemos os princípios éticos. Subjacente aos dois conceitos há uma questão básica: a oposição entre o bem e o mal. Para a psiquiatria, a psicanálise e a maioria das abordagens psicológicas, porém, a visão maniqueísta é insuficiente diante da complexidade humana. Muitas vezes, as supostas maldades – ou o que *a priori* seriam considerados gestos de bondade – surgem como sintomas de alguma patologia ou emergem de quadros psíquicos alterados. Além disso, se levarmos em conta a existência de uma instância psíquica inconsciente, que constantemente sabota nossas boas intenções (e quanto menos nos conhecemos mais o faz), fica ainda mais difícil estabelecer uma separação objetiva entre bons e maus.

Friedrich Nietzsche (1844-1900), por exemplo, propõe pensarmos “para além do bem e do mal”. Escreve: “Pergunte aos escravos ‘quem é o mau’, e eles apontarão o personagem que a moral aristocrática considera ‘bom’, isto é, o poderoso, o dominador”. O filósofo alemão faz uma colocação muito pertinente: há sempre a perspectiva de quem julga, suas experiências e seus interesses. Como então lidar com essa multiplicidade de olhares possíveis sobre um mesmo objeto? Uma saída talvez seja lançar mão de um recurso bastante simples, a empatia, e fazermos o exercício (nem sempre cômodo ou fácil) de nos colocarmos no lugar do outro, procurando compreender seu ponto de vista – e sua dor. Buscando esse ponto que nos coloca em contato com o outro, tão diferente e ao mesmo tempo tão próximo, talvez seja mais fácil buscar em nós mesmos espaços psíquicos que comportem escolhas menos nocivas.

Rev. mentecérebro. Abril de 2011, p. 22.

Questão 01

A argumentação desenvolvida no texto está orientada no sentido de persuadir o leitor a chegar à conclusão de que:

- A) a distinção entre ética e moral, em virtude da própria etimologia dos termos, não se faz sem muitas dúvidas.
- B) moral e ética mantêm em comum entre si o fato de apoiarem-se na oposição entre o bem e o mal.
- C) psiquiatria, psicanálise e psicologia, dada a complexidade humana, condenam uma visão maniqueísta da moral.
- D) a empatia, implicando a visão de alteridade, é talvez a saída para uma moral não contaminada de maniqueísmo.
- E) a perspectiva moral dos escravos vislumbrará sempre naqueles que os dominam a personificação do mal.

Questão 02

Na argumentação, o autor emprega a locução “além de” – v. “Além disso” (§ 2) – para:

- A) fazer concessão a ponto de vista atribuído a outrem, com quem dialoga no texto.
- B) somar um segundo argumento destinado a justificar ponto de vista anteriormente exposto.
- C) comparar as ideias expostas no período por ela introduzido com as que se leem no anterior.
- D) introduzir a conclusão das ideias desenvolvidas ao longo do parágrafo em questão.
- E) relacionar argumentos alternativos orientados para conclusões diferentes ou opostas.

Questão 03

No texto, em relação ao segmento “e quanto menos nos conhecemos mais o faz” (§ 2), constitui um equívoco de leitura entender que:

- A) a primeira das orações correlacionadas exprime ideia de comparação.
- B) o demonstrativo “o” refere-se anaforicamente a “nossas boas intenções”.
- C) o pronome pessoal “nos” está empregado reflexivamente.
- D) o sujeito de “mais o faz” é o relativo “que”, elíptico após a conjunção “e”.
- E) a forma verbal “faz” está empregada em substituição a “sabota”.

Questão 04

A primeira oração de:

Buscando esse ponto que nos coloca em contato com o outro, tão diferente e ao mesmo tempo tão próximo, talvez seja mais fácil buscar em nós mesmos espaços psíquicos que comportem escolhas menos nocivas. (§ 3)

expressa a mesma circunstância que a oração destacada em:

- A) Trabalhou tanto QUE ACABOU DORMINDO NO ÔNIBUS.
- B) CASO TUDO SE MANTENHA DESSE JEITO, eu não posso confiar.
- C) Não resolva nada ENQUANTO NÃO TIVER CERTEZA.
- D) Continuou estudando, CONQUANTO NÃO TIVESSE RECURSOS.
- E) COMO O FILHO NADA DISSESSE, procurou se despedir.

Questão 05

Releia-se a seguinte passagem:

Não raro as palavras “moral” e “ética” aparecem num mesmo contexto e, às vezes, são erroneamente entendidas como sinônimos. A primeira tem caráter prático, relativo e restrito a determinada circunstância. Já a segunda é a reflexão filosófica sobre a moral, busca compreender sua lógica e justificá-la. (§ 1)

Dentre as instruções de mudança de pontuação sugeridas a seguir, aquela que a gramática condena é:

- A) usar o sinal de dois-pontos, em vez de vírgula, após “sobre a moral”.
- B) usar vírgula entre “a segunda” e “é a reflexão filosófica sobre a moral”.
- C) suprimir as vírgulas que sinalizam pausa antes e depois de “às vezes”.
- D) destacar, com o uso de travessões, o advérbio “erroneamente”.
- E) substituir por ponto e vírgula o ponto após “circunstância”.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 06**

Quanto aos requisitos do ato administrativo, responda a alternativa correta.

- A) A forma é elemento vinculado do ato administrativo, decorrente do princípio da solenidade, podendo ser exteriorizado de forma escrita, que é a regra, por sinal luminoso e mesmo por sons e gestos.
- B) A lei deverá determinar a forma de exteriorização do ato, podendo prever mais de uma forma, sendo que a ausência de forma do ato administrativo importa na sua ineficácia, embora seja perfeito ou existente e válido.
- C) A forma é elemento essencial ao ato, uma vez sendo desrespeitada a forma prescrita em lei o ato é inexistente.
- D) A forma do ato administrativo decorre do princípio da liberdade das formas, trazido do direito civil.
- E) A forma é elemento não essencial ao ato administrativo, sendo o seu vício sempre insanável.

Questão 07

Acerca da organização administrativa, especificamente em relação aos contratos de gestão, julgue os itens a seguir, marcando apenas a opção correta.

- A) Os contratos de gestão das Agências Executivas serão celebrados com periodicidade mínima de quatro anos, com previsão de critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.
- B) O Contrato de Gestão terá metas e objetivos definidos, bem como recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento de ambos. O Poder Executivo editará medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas.
- C) O Poder Executivo poderá qualificar como Agência Executiva a autarquia, fundação, sociedade de economia mista ou empresa pública que tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.
- D) O contrato de gestão, elaborado pelo órgão, ministério ou entidade supervisora, sem a participação da organização social, com a finalidade de garantia da supremacia do interesse público, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- E) Os contratos de gestão somente poderão ser celebrados entre a administração direta e as autarquias e fundação, não existindo previsão legal de celebração de contrato de gestão entre o poder público e entidades privadas.

Questão 08

Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico de Direito Público, é correto afirmar que:

- A) a nulidade do contrato administrativo não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado e por outros prejuízos regularmente comprovados, a partir da declaração.
- B) na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado ou de rescisão do contrato administrativo, é admitida a ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.
- C) a eles é vedada a aplicação de princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, mesmo que supletivamente.
- D) desde que haja acordo entre as partes, é admitido o acréscimo ou a supressão do objeto contratado acima dos limites previstos para alterações unilaterais promovidas pelo Poder Público.
- E) a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

Questão 09

Acerca do tema improbidade administrativa, especificamente quanto à declaração de bens, é correto afirmar que:

- A) a declaração abrangerá os bens e valores patrimoniais dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.
- B) o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens será punido com a pena de exoneração ou suspensão.
- C) o declarante não poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal.
- D) a declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no país ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge, salvo se casado no regime de separação de bens.
- E) a declaração de bens deverá ser feita apenas em dois momentos, na data da posse, e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

Questão 10

Conforme a Lei Complementar nº 22 de 1994, do Estado do Pará, são atribuições dos delegados de polícia da polícia civil do Estado do Pará:

- A) conduzir veículos automotores e outros meios de transporte, desde que habilitado.
- B) manter o controle do inventário dos bens patrimoniais da Unidade Policial, promovendo cargo e baixa dos mesmos.
- C) participar na formação de inquéritos policiais e procedimentos administrativos, sob a presidência do Diretor Geral de Polícia Judiciária.
- D) planejar, dirigir e coordenar, com base na estatística policial, as operações policiais no combate efetivo à criminalidade, na área de sua competência.
- E) operar equipamento de comunicações.

Questão 11

Considerando o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei nº 5.810/1994), assinale a alternativa correta.

- A) O prazo para conclusão da sindicância não excederá a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade processante.
- B) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.
- C) Não há previsão de processo administrativo disciplinar na legislação estadual, sendo aplicada a legislação federal em sua integralidade ante a lacuna.
- D) Da sindicância resultará o arquivamento do processo ou a instauração do processo disciplinar, sendo vedada, ao seu final, a aplicação direta de qualquer punição.
- E) O contraditório e a ampla defesa não são garantidos nas sindicâncias, servindo como mera peça de instrução para um eventual procedimento administrativo disciplinar, tendo a característica de inquisitorial.

Questão 12

Este princípio teria se desenvolvido no Tribunal Constitucional Alemão a partir da cláusula constitucional do Estado de Direito, consagrado no Brasil como Estado Democrático de Direito. Desta forma, o Estado, na sua atuação, deve respeitar os direitos fundamentais dos cidadãos, o ordenamento jurídico, jamais agindo com excessos, de forma arbitrária. O citado princípio é também chamado pela doutrina alemã de proibição do excesso. Esse enunciado refere-se ao princípio da(o):

- A) devido processo legal.
- B) legalidade.
- C) segurança jurídica.
- D) proporcionalidade.
- E) razoabilidade.

Questão 13

A teoria da imprevisão ocorre quando situações fáticas, imprevisíveis, alteram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, repercutindo na sua execução, sendo necessária a recomposição dos preços. Quando o desequilíbrio contratual é causado por uma interferência estatal, geral e abstrata, por exemplo, modificação de uma lei que onere a contratada, ou seja, uma interferência extracontratual causada pelo ente federativo que faça parte da relação contratual. A esses fatores a doutrina chama:

- A) fato da administração.
- B) interferência imprevista.
- C) fato do príncipe.
- D) força maior.
- E) caso fortuito.

Questão 14

Com base na Lei Estadual nº 6.474/2002, que institui, no Estado do Pará, a modalidade de licitação denominada pregão, assinale a alternativa correta.

- A) Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, promovida no âmbito do Estado, por valor estimado em regulamento, em que a disputa pelo fornecimento é feita por meio de propostas de preços escritas em sessão privada e restrita aos participantes.
- B) Para aquisição de bens e serviços comuns, o Estado deverá adotar, exclusivamente, licitação na modalidade de pregão, que será regida por essa lei.
- C) A licitação na modalidade de pregão se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- D) Subordinam-se ao regime desta Lei os órgãos da Administração direta dos Poderes, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado.
- E) No âmbito estadual, é proibida a contratação de serviços comuns e aquisição de bens por meio de recursos de tecnologia da informação.

Questão 15

“Afirmar que o poder de polícia não pode ser delegado por ser uma atividade adstrita à soberania estatal e o Estado não pode delegar aquilo que é ligado a sua soberania, trata-se de um posicionamento superado. Nem tudo ligado ao poder de polícia é vinculado à soberania do Estado, ou seja, ao poder de império, pois existem atividades ligadas ao poder de polícia que correspondem ao poder de gestão, que são justamente aquelas praticadas sem que o Estado utilize de sua supremacia sobre os destinatários”. (PINHEIRO MADEIRA, 2014)

Assinale a alternativa em que se encontram as fases que podem ser delegadas a entidades privadas.

- A) Sanção de polícia e consentimento de polícia.
- B) Ordem de polícia e sanção de polícia.
- C) Ordem de polícia e fiscalização de polícia.
- D) Consentimento de polícia e fiscalização de polícia.
- E) Ordem de polícia e consentimento de polícia.

Questão 16

Acerca das infrações administrativas ambientais, assinale a alternativa correta.

- A) O processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar os prazos máximos de 15 (quinze) dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação, e de 5 (cinco) dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.
- B) A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções ambientais. Contudo, uma vez aplicada, fica vedada a incidência de nova sanção de advertência no período de dois anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.
- C) Enquanto a multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, a multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.
- D) As infrações administrativas ambientais podem ser punidas com as sanções de suspensão de venda e fabricação de produto e demolição de obras. Por outro lado, há vedação expressa no ordenamento jurídico quanto à sanção de embargo de obra ou atividade.
- E) São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo, com exclusividade, os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização.

Questão 17

No que tange à Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, assinale a alternativa correta.

- A) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, sendo vedada eventual renovação.
- B) O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão. Tem como um de seus princípios básicos para funcionamento a centralização da obtenção e produção de dados e informações na União.
- C) A Política Nacional de Recursos Hídricos é baseada em fundamentos e um deles é que em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- D) A outorga de direitos de uso de recursos hídricos, por viabilizar o uso de recursos hídricos, implica a alienação parcial das águas.
- E) Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a função de secretaria executiva do respectivo ou respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Questão 18

Tendo em vista a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, bem como levando em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- A) Uma vez instituída uma unidade de conservação do grupo de uso sustentável, há vedação expressa no ordenamento jurídico de sua transformação, total ou parcial, em unidade do grupo de proteção integral.
- B) O Supremo Tribunal Federal possui firme jurisprudência no sentido da impossibilidade de criação de mais de um tipo de unidade de conservação da natureza a partir de um único procedimento administrativo.
- C) A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Os órgãos integrantes do SNUC, sempre que possível e oportuno, prestarão orientação técnica e científica ao proprietário de Reserva Particular do Patrimônio Natural para a elaboração de um Plano de Manejo ou de Proteção e de Gestão da unidade.
- D) As unidades de conservação, exceto a Estação Ecológica e a Reserva Biológica, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.
- E) As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Tal documento técnico deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da conclusão dos estudos técnicos que subsidiaram a criação da unidade de conservação.

Questão 19

Quanto ao instituto da servidão ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), assinale a alternativa correta.

- A) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 (dez) anos.
- B) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- C) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, que pretender instituir servidão ambiental apenas poderá fazê-lo por instrumento público.
- D) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula do imóvel que contiver a menor cobertura vegetal.
- E) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no máximo, a mesma estabelecida para a Reserva Legal.

Questão 20

Considerando as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 relativas ao meio ambiente, a repartição de competências em matéria ambiental, os princípios que informam o direito ambiental, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É competência exclusiva da União registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais.
- B) A promoção de briga de galos configura conduta atentatória à Constituição da República, que veda a submissão de animais a atos de crueldade, cuja natureza perversa, à semelhança da “farra do boi”, não permite sejam eles qualificados como inocente manifestação cultural, de caráter meramente folclórico. Nesta senda, é possível afirmar-se que a proteção jurídico-constitucional dispensada à fauna abrange tanto os animais silvestres quanto os domésticos ou domesticados.
- C) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em ato administrativo editado pelo Chefe do Poder Executivo Federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- D) A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente são alguns dos requisitos para considerar atendida a função social da propriedade rural. Contudo, tais requisitos foram construídos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, uma vez que a Constituição Federal de 1988 assim não dispôs expressamente.
- E) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da precaução decorre da constatação de que a evolução científica poderia trazer riscos, muitas vezes imprevisíveis ou imensuráveis, a exigir uma reformulação das práticas e procedimentos tradicionalmente adotados por diversas áreas da ciência. Por este motivo, a existência de quaisquer riscos ao meio ambiente decorrentes de incertezas científicas deve produzir imediata paralisação de atividades públicas ou privadas, sem que o princípio da proporcionalidade possa ser aplicado.

DIREITO CIVIL/EMPRESARIAL**Questão 21**

Sobre os direitos da personalidade, pode-se afirmar que:

- A) a cassação dos direitos políticos de pessoa natural equivale à perda de personalidade.
- B) a proteção que o Código Civil defere ao nascituro alcança o natimorto com relação a tais direitos.
- C) mesmo o natimorto adquire personalidade jurídica.
- D) a personalidade civil tem início com o registro em cartório do nascimento com vida depois de decorridas 24 horas.
- E) o nascimento com vida por si só não confere os direitos de personalidade ao recém-nascido.

Questão 22

De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:

- A) a revogação de lei anterior por lei posterior, quando houver incompatibilidade entre elas, deve ser expressa.
- B) o Direito Brasileiro admite de forma ampla o fenômeno da reprimenda.
- C) a lei, quando não se destinar à vigência temporária, terá vigor até que outra a modifique ou a revogue.
- D) salvo disposição em contrário, uma lei entra em vigor no país 60 (sessenta) dias depois de oficialmente publicada.
- E) a lei revogada se restaura na hipótese de a lei revogadora ter perdido a vigência.

Questão 23

Sobre o instituto da decadência, está correto afirmar que:

- A) a decadência não corre contra os relativamente incapazes.
- B) se for convencionalizada entre as partes, pode ser alegada por quem a aproveita em qualquer grau de jurisdição.
- C) em regra, aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- D) o juiz não pode, em hipótese alguma, conhecer de ofício a decadência.
- E) na hipótese de decadência convencional, o juiz pode suprir a sua alegação, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

Questão 24

Sobre o negócio jurídico, é correto afirmar que o(a):

- A) negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, mesmo que envolva direito de terceiro.
- B) prazo de decadência para se pleitear a anulação do negócio jurídico é de três anos.
- C) anulabilidade de negócio jurídico pode ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- D) negócio jurídico simulado é nulo, subsistindo o que se simulou desde que válido na forma e na substância.
- E) negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelo decurso do tempo.

Questão 25

Com relação à aquisição da propriedade, é correto afirmar que:

- A) o direito à aquisição da propriedade do solo em favor do construtor de má-fé somente é viável quando houver necessidade de proteger terceiros de boa-fé.
- B) o direito de uso de linha telefônica não pode ser adquirido por usucapião.
- C) aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante cinco anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- D) a propriedade das coisas móveis pode se transferir antes da tradição.
- E) aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por três anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Questão 26

No que concerne à caracterização da atividade empresarial segundo o direito brasileiro, pode se afirmar que:

- A) o empresário que tenha a atividade rural como sua principal profissão não pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- B) marido e mulher podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, mesmo que tenham se casado no regime da comunhão universal de bens.
- C) o termo empresário refere-se ao sócio da sociedade empresária.
- D) não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- E) a pessoa legalmente impedida de exercer a atividade empresária, caso a exerça, não responderá pelas obrigações que contrair.

Questão 27

Sobre o instituto da recuperação judicial, assinale a alternativa correta.

- A) Não são exigíveis do devedor as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- B) Os credores do devedor em recuperação judicial não conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.
- C) Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 5 (cinco) anos e que não tenha, há menos de 2 (dois) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- D) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes e vencidos na data do pedido da recuperação.
- E) O prazo de suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário, é automaticamente prorrogável por mais 180 dias.

Questão 28

A respeito de títulos de crédito, é correto afirmar que:

- A) é permitido garantir o pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada por aval parcial.
- B) a cláusula constitutiva de mandato, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título, salvo restrição expressamente estatuída.
- C) é anulável o título ao portador emitido sem autorização de lei especial.
- D) a responsabilidade do avalista subsiste ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara, mesmo nos casos em que a nulidade decorra de vício de forma.
- E) o endosso posterior ao vencimento não produz os mesmos efeitos do anterior.

Questão 29

No que concerne à responsabilidade civil, pode-se afirmar que:

- A) nas indenizações decorrentes da perda de uma chance, a probabilidade de perda de uma oportunidade pode ser considerada em abstrato.
- B) no transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.
- C) ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem desde que comprovada a culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.
- D) quando o ato, além de ilícito civil, constituir também crime, a indenização será fixada e computada com juros compostos.
- E) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

Questão 30

Com relação às sociedades e à responsabilidade dos sócios, assinale a alternativa correta.

- A) Na sociedade limitada, os condôminos de quota indivisa não respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização.
- B) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, assim como a responsabilidade pela integralização do capital social.
- C) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- D) O sócio admitido em sociedade já constituída não responde pelas dívidas sociais anteriores à sua admissão.
- E) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária apenas dos administradores que a realizarem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 31

Maria, gestante de feto anencéfalo, pretende a obtenção de autorização judicial para realização de aborto. O Juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido. Pretende, agora, manejar um remédio constitucional para evitar o cometimento de crime. Para tanto, deverá demandar por meio do seguinte instrumento:

- A) ação popular.
- B) habeas corpus.
- C) habeas data.
- D) mandado de segurança.
- E) mandado de injunção.

Questão 32

Ação prevista constitucionalmente, a ser proposta ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Trata-se de:

- A) ação de impugnação de registro de candidatura.
- B) representação na pesquisa eleitoral.
- C) ação de impugnação de mandato eletivo.
- D) recurso contra a diplomação.
- E) ação de investigação eleitoral.

Questão 33

“Os rebeldes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo colombiano anunciaram neste sábado (12), em Havana, um novo acordo de paz, após o 'não' no referendo sobre uma versão anterior desse pacto para acabar com 52 anos de conflito armado no país.” (site g1.globo.com – publicado em 12/11/2016 às 21h42).

Quanto ao referendo, plebiscito e iniciativa popular, nos termos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- A) O plebiscito e o referendo podem ser propostos mediante iniciativa popular.
- B) A primeira experiência ordinária com o referendo deu-se com o Estatuto do Desarmamento.
- C) Enquanto o plebiscito é uma consulta posterior sobre determinado ato ou decisão governamental, o referendo configura uma consulta prévia.
- D) A realização de plebiscito e referendo sempre depende de autorização do Congresso Nacional.
- E) O plebiscito e o referendo serão convocados por meio de decreto legislativo proposto por, no mínimo, 3/5 dos votos dos membros que compõem uma das Casas do Congresso Nacional.

Questão 34

No que concerne à classificação das normas constitucionais, é correto afirmar que:

- A) a Constituição brasileira de 1988 tem inuidosa propensão estatutária (constituição-garantia).
- B) todas as normas contidas na Constituição de 1988 são materialmente constitucionais.
- C) existem normas formalmente constitucionais que não estão na Constituição.
- D) a participação do povo em seu processo de elaboração define uma Constituição como outorgada.
- E) a Constituição brasileira de 1988 é do tipo rígido.

Questão 35

No que respeita aos princípios da presunção de inocência e da não autoincriminação, é correto afirmar que:

- A) o direito ao silêncio pode ser utilizado em desfavor do réu.
- B) segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a sentença condenatória tem eficácia tão logo confirmada em segundo grau de jurisdição, não importando em violação ao princípio da presunção de inocência.
- C) a exigência do recolhimento do réu à prisão para apelar não ofende os princípios da não culpabilidade e da proporcionalidade.
- D) é possível a invocação de investigações e ações penais em andamento como maus antecedentes na fase da aplicação da pena.
- E) o princípio constitucional da não culpabilidade não é óbice ao lançamento do nome do réu no rol dos culpados antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Questão 36

De acordo com o art. 5º, LXVII, da CRFB/1988, “Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar e a do depositário infiel”. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica, que proíbe a prisão por dívida decorrente do descumprimento de obrigações contratuais, à qual o Brasil aderiu, foi internalizada com o status de:

- A) norma supralegal e infraconstitucional.
- B) lei complementar.
- C) norma supraconstitucional.
- D) norma constitucional.
- E) lei ordinária.

Questão 37

Sobre os Direitos Sociais, assinale a alternativa correta.

- A) O acesso à justiça e a assistência jurídica integral e gratuita são direitos de prestações positivas.
- B) O direito à educação não impõe ao Poder Público o oferecimento de atendimento em creches e pré-escola, tão somente atendimento educacional aos maiores de cinco anos de idade.
- C) O Supremo Tribunal Federal entende que a penhora de imóvel utilizado para fins de residência do fiador, no contrato de locação, ofende o direito de moradia.
- D) O princípio da proibição do retrocesso não impede que, em termos de direitos fundamentais de caráter social, sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive.
- E) Há direito absoluto a todo e qualquer procedimento necessário para a proteção, promoção e recuperação da saúde.

Questão 38

A competência para a criação de novas varas judiciárias é de iniciativa:

- A) comum entre o Congresso Nacional ou Assembleia Legislativa e o respectivo Tribunal de Contas da União ou do Estado.
- B) privativa do Tribunal ao qual pertencerá o órgão a ser criado.
- C) privativa do Ministério Público.
- D) comum entre o Chefe do Executivo e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- E) comum entre o Presidente do Supremo Tribunal Federal e qualquer membro do Congresso Nacional.

Questão 39

“Os elementos clássicos de um Estado são seu território, sua soberania e seu povo. Para a formação deste último, é necessário que se estabeleça um vínculo político e pessoal entre o Estado e o indivíduo. É a nacionalidade que efetiva tal conexão e faz com que uma pessoa integre dada comunidade política. Portanto, é natural e necessário que o Estado distinga o nacional do estrangeiro para diversos fins”. (MENDES, 2016)

Assinale a assertiva correta de acordo com o direito de nacionalidade.

- A) O brasileiro nato nunca poderá perder a nacionalidade.
- B) A nacionalidade pode ser adquirida de forma originária ou secundária.
- C) Os estrangeiros dispõem de direitos políticos.
- D) O brasileiro nato pode ser extraditado caso pratique tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins.
- E) Pelo critério de determinação *jus sanguinis*, o indivíduo é nacional se nascido em território específico.

Questão 40

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem considerado admissível a propositura de ação direta de constitucionalidade contra atos de efeito concreto.
- B) Segundo a Constituição brasileira, cabe ao Senado Federal a suspensão da execução do ato declarado inconstitucional pela Excelsa Corte nos recursos extraordinários.
- C) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem dispensado a necessidade de que o Governador de um Estado ou a Assembleia Legislativa que impugna ato normativo de outro demonstre relevância, isto é, a relação de pertinência da pretensão formulada – da pretendida declaração de inconstitucionalidade da lei.
- D) Dispõem de legitimidade para propor a ação de inconstitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e o Presidente do Tribunal de Contas da União.
- E) Não é possível a atuação do *amicus curiae* no processo de ação direta de inconstitucionalidade, porquanto vedada a intervenção de terceiros.

DIREITOS HUMANOS

Questão 41

Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos assegurados pela Constituição Federal, é correto afirmar que:

- A) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que com autorização e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- B) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- C) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, mesmo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- D) é livre a manifestação do pensamento, ainda que sob anonimato.
- E) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Questão 42

Com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que a(os):

- A) três valores fundamentais dos direitos humanos são a liberdade, a igualdade e a fraternidade.
- B) pessoa vítima de perseguição tem direito de procurar asilo em outro país, mesmo nos casos em que a perseguição é motivada por crimes de direito comum.
- C) liberdade de opinião e de expressão não inclui a liberdade de transmitir informações por qualquer meio e independente de fronteiras.
- D) direitos de liberdade previstos são relativos à esfera individual, não prevendo liberdades políticas relativas à participação do povo no governo.
- E) liberdade religiosa é acessível a qualquer pessoa desde que sua manifestação seja feita de forma coletiva e em particular apenas.

Questão 43

Sobre o aspecto internacional dos direitos humanos e seus tratados, está correto afirmar que:

- A) as sanções aplicadas pela Organização das Nações Unidas podem violar os direitos humanos em caso de rompimento da paz.
- B) é um direito de proteção que visa proteger os estados.
- C) não contém aspecto ideológico e político acentuado.
- D) os direitos humanos pertencem à jurisdição doméstica e ao domínio reservado dos estados.
- E) o direito internacional dos direitos humanos não está sujeito ao princípio da reciprocidade que domina o direito internacional público.

Questão 44

Sobre os direitos humanos, assinale a alternativa correta quanto a uma de suas características fundamentais.

- A) Alienabilidade
- B) Perversidade
- C) Soberania estatal
- D) Relatividade
- E) Imprescritibilidade

Questão 45

Com relação ao trabalho e ao que estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- A) Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure apenas a si uma existência compatível com a dignidade humana, não sendo necessário acrescentar outros meios de proteção social.
- B) Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego e a condições justas e favoráveis de trabalho, sendo opcional a proteção contra o desemprego.
- C) A remuneração por igual trabalho permite distinção desde que prevista em lei nacional.
- D) Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.
- E) Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas não remuneradas.

Questão 46

“Hefendehl apresenta nova modalidade de delito de perigo abstrato destacando que a relevância de sua construção está no fato de limitar a incidência do tipo penal objetivo pela ideia de criação de um risco proibido nos moldes da teoria da imputação objetiva. Portanto, a anormal condução do veículo em razão da influência do álcool ou de qualquer outra substância psicoativa e, portanto, contrária às normas de segurança no trânsito – em uma perspectiva ex ante – é que deverá ser considerada criação de risco proibido para os bens jurídicos individuais que são tutelados penalmente pelo art. 306 da Lei de Trânsito, porquanto assim haverá potencialidade lesiva na conduta praticada pelo motorista, legitimando o tipo penal. [...] Assim, para não punir pela simples desobediência ao comando normativo requer-se, primeiramente, que o agente crie um risco proibido (superando o risco-base relacionado à norma de cuidado no trânsito, isto é, dirigindo sob a influência de álcool ou drogas) e, depois, que haja bens jurídicos contra os quais as condutas arriscadas (condução em zigue-zague, por exemplo) possam estar direcionadas”.

(SCHMITT DE BEM; MARTINELLI. Lições Fundamentais de Direito Penal. p. 143-144).

A lição aborda uma das concepções acerca dos crimes de perigo abstrato, buscando torná-los adequados ao sistema jurídico-penal. Essa teoria nomeia os crimes de perigo abstrato como crimes:

- A) de perigosidade real.
- B) de perigosidade concreta.
- C) de potencial perigo.
- D) formais.
- E) de perigo geral.

Questão 47

Perivaldo, nascido em 12/05/1992, encaminhou no dia 08/05/2013 um e-mail a Cremilson, funcionário público, injuriando-o em razão da função por ele desempenhada. A mensagem foi lida pelo ofendido em 15/05/2013, ocasião em que procurou a delegacia de Polícia local, confeccionando o respectivo boletim de ocorrência e representando contra o autor do fato. Rejeitadas as medidas despenalizadoras da Lei nº 9.099, o Ministério Público ofereceu denúncia contra o autor, a qual foi recebida em decisão publicada em 01/10/2013. Contudo, como o magistrado da Comarca local acumulava funções em outras duas Varas, até o dia 20/11/2014 ainda não havia sentença prolatada nos autos. Considerando que a pena máxima no crime de injúria é de seis meses de detenção e, quando praticada contra funcionário público no exercício de suas funções, sofre aumento de 1/3, analise a situação proposta, assinalando, ao final, a resposta correta.

- A) Ocorreu a extinção da punibilidade, pois transcorreu o prazo prescricional da pretensão punitiva pela pena em abstrato, fixado em um ano.
- B) Não ocorreu a extinção da punibilidade, pois não houve o transcurso do prazo prescricional da pretensão punitiva pela pena em abstrato, fixado em dois anos.
- C) Não ocorreu a extinção da punibilidade, pois não houve o transcurso do prazo prescricional da pretensão punitiva pela pena em abstrato, fixado em três anos.
- D) Não ocorreu a extinção da punibilidade, uma vez que o STJ já decidiu pela imprescritibilidade da injúria majorada.
- E) Não ocorreu a extinção da punibilidade, pois não houve o transcurso do prazo prescricional da pretensão punitiva pela pena em abstrato, fixado em um ano e meio.

Questão 48

Acerca dos crimes contra a Administração pública, assinale a resposta correta.

- A) O crime de denúncia caluniosa (art. 339 do CP), além de outros requisitos de configuração, exige que a imputação sabidamente falsa recaia sobre vítima determinada, ou, ao menos, determinável.
- B) Para a configuração do crime de peculato-furto (art. 312, § 1º, CP) é suficiente que o sujeito ativo, funcionário público, subtraia um bem móvel particular que esteja sob a guarda da Administração pública.
- C) Considera-se funcionário público, para efeitos penais, quem exerce múnus público, assim entendido o ônus ou encargo para com o poder público, como no caso do curador.
- D) Nos crimes de inserção de dados falsos em sistemas de informações (art. 313-A do CP) e modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B do CP) se exige que figure, como sujeito ativo da conduta, o funcionário público autorizado.
- E) Ao contrário do que ocorre na extorsão, o crime de concussão é classificado como delito material, operando-se quando o agente auferir a vantagem indevida almejada.

Questão 49

Immanuel Kant, em sua obra *Metafísica dos Costumes*, elaborou estudos sobre a teoria da pena. Acerca de sua formulação, é correto afirmar que:

- A) sob uma perspectiva dialética, o filósofo concebe a pena como a negação da negação, isto é, o crime constitui uma negação da liberdade, razão pela qual se impõe um ato coativo que contradiga essa negação e importe uma afirmação (do direito).
- B) Na esteira de Von Liszt, o filósofo vê a sanção penal como uma forma de se alcançar a reinserção social do condenado ou, ao menos, sua neutralização, realizando dessa forma a missão de prevenção especial da pena.
- C) Kant funda sua teoria no terreno da moralidade humana, sustentando que a pena não visa a realizar objetivos sociais ou qualquer outro bem, de modo que deve ser aplicada simplesmente porque o criminoso cometeu um crime; vislumbrar finalidades na pena, para o filósofo, seria tratar o homem como um meio, o que repudia, concedendo ao seu pensamento caráter retributivo.
- D) a pena, para Kant, visa a confirmar a vigência da norma penal naqueles casos em que se impõe a aplicação de um direito penal de exceção, ou seja, busca-se prevenir um fato futuro perigoso através da custódia de segurança.
- E) assevera o pensador, em lição marcadamente utilitarista, que a pena só se justifica quando coligada a uma finalidade, qual seja, a prevenção de novos delitos, voltando-se, portanto, ao futuro; conseqüentemente, tem-se a pena como uma forma de intimidação, em que o respeito às leis decorreria do temor em suportar uma privação da liberdade ou restrição a direitos.

Questão 50

Considerando apenas as informações contidas nas alternativas, assinale aquela que corretamente indica uma hipótese de crime de receptação.

- A) Josefina celebra contrato de penhor, entregando uma joia ao credor pignoratício. Posteriormente, ainda na vigência do contrato, a joia é furtada por terceiro. Ciente do furto e vislumbrando na hipótese uma forma de pagar menos para reaver seu patrimônio, Josefina procura o autor do crime patrimonial prévio e dele compra a joia furtada.
- B) Ribamar, colecionador de carros antigos, percebendo a falta, em lojas especializadas, de uma determinada autopeça para reposição, encomenda a Servílio a referida peça, consciente de que este, motivado pela encomenda, roubará um carro para cumprir o avençado, o que efetivamente ocorre. Assim, Ribamar ingressa na posse da peça desejada.
- C) Cristóvão compra de Amílcar uma motosserra por preço irrisório, sabendo que o vendedor está dispondo do bem por preço inferior ao do mercado porque usou a ferramenta para a prática de um homicídio e quer dela se livrar.
- D) Teobaldo tem seu telefone celular furtado. Para reaver o aparelho, liga para o autor do crime, passando a negociar sua entrega. Assim, concretizado o ajuste, Teobaldo paga o valor exigido, recebendo de volta o telefone.
- E) Elesbão, camelô, conscientemente expõe à venda cigarros de importação proibida, os quais adquiriu de um amigo que sabe ser contrabandista.

Questão 51

Etevaldo, depois de ingressar na posse de uma carteira de habilitação pertencente a outrem, aproveitando-se de sua semelhança fisionômica para com o titular do documento, adultera o nome ali constante, substituindo-o pelo seu. Considerando que a adulteração não era perceptível *ictu oculi* e que o autor pretendia utilizar o documento para conduzir irregularmente veículo automotor, é correto afirmar que Etevaldo cometeu crime de:

- A) falsificação de documento público.
- B) uso de documento de identidade alheia.
- C) falsa identidade.
- D) uso de documento falso, na forma tentada.
- E) falsidade ideológica de documento público.

Questão 52

Hospedando-se em uma cidade conhecida por seu intenso turismo sexual, Romildo entra em contato telefônico com Demétrio, notório intermediador de encontros sexuais entre clientes e adolescentes submetidas à prostituição, e solicita os serviços de uma prostituta, deixando clara sua preferência por mulheres que não tenham completado 18 anos. Demétrio, assim, encaminha Maitê, adolescente de 16 anos de idade, ao hotel em que Romildo se encontra hospedado. No local, a adolescente é barrada pelo gerente Gastão, que, percebendo nela uma profissional do sexo, questiona sua idade, sendo-lhe respondido por Maitê que conta com 18 anos. Gastão acredita na mentira contada pela adolescente, precoce em seus atributos corporais, embora não tome o cuidado de solicitar seu documento de identidade, autorizando-a a subir ao quarto de Romildo. Efetivamente, Romildo e a adolescente mantêm relações sexuais mediante remuneração, sendo parcela do lucro auferido por Maitê posteriormente repassado a Demétrio. Analisando o caso concreto, é correto afirmar que:

- A) Demétrio cometeu crime de rufianismo (art. 230, CP); Romildo cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, I, CP); Gastão também cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, II, CP).
- B) Demétrio cometeu o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 1º, CP); Romildo cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, I, CP); Gastão também cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, II, CP).
- C) Demétrio cometeu o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 1º, CP); Romildo cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, I, CP); Gastão não cometeu crime.
- D) Demétrio cometeu o crime de rufianismo (art. 230 do CP); Romildo cometeu crime equiparado ao favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 2º, I, CP); Gastão não cometeu crime.

- E) Demétrio cometeu o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, § 1º, CP); Romildo cometeu crime de estupro de vulnerável (art. 217-A, CP); Gastão não cometeu crime.

Questão 53

Por teoria da *ratio essendi* entende-se o(a):

- A) **estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que orientará iniciativas político-criminais pelo prisma da *ultima ratio*.**
- B) ingresso pelo agente nos atos executórios de um crime, quando este se posta, de acordo com sua idealização, em atividade imediata e diretamente coligada à realização do tipo.
- C) possibilidade de punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.
- D) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado, de sorte que dolo e culpa, para a teoria, são espécies de culpabilidade.
- E) fusão entre dois substratos do conceito analítico de crime, a saber, a tipicidade e a antijuridicidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico (injusto) e pela culpabilidade.

Questão 54

Bráulio, inconformado com uma mensagem privada de conteúdo romântico observada no aparelho de telefonia celular de sua namorada, decide dele se apossar como vingança. Contudo, enfrenta oposição da namorada, que se posta entre o autor e o aparelho. Assim, Bráulio, para assegurar seu intento, empurra com violência a namorada contra a parede, ferindo-a levemente. Assegurando a posse do telefone, Bráulio deixa a casa da namorada, vai até um terreno baldio e, pegando uma grande pedra que ali se encontra, com ela golpeia o aparelho, de modo a torná-lo inservível, o que era sua intenção desde o início. Analisando o caso proposto, assinale a opção que corretamente realiza a subsunção do comportamento do autor à norma penal.

- A) Dano qualificado
- B) Furto e lesão corporal
- C) Lesão corporal
- D) Roubo
- E) Dano qualificado e lesão corporal

Questão 55

No que concerne à exigibilidade de conduta diversa e hipóteses de sua exclusão, é correto afirmar que a:

- A) embriaguez proveniente de caso fortuito é hipótese de inexigibilidade de conduta diversa.
- B) **exclusão da culpabilidade pela obediência hierárquica exige ordem não manifestamente ilegal.**
- C) coação moral resistível é considerada causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa.
- D) coação irresistível, física ou moral, conduz à inexigibilidade de conduta diversa.
- E) exigibilidade de conduta diversa é elemento da culpabilidade criado pelas teorias funcionalistas.

Questão 56

Sobre inquérito policial, assinale a resposta correta.

- A) Excepcional e fundamentadamente, a autoridade policial poderá mandar arquivar o inquérito para evitar lesão a direitos fundamentais do indiciado.
- B) Para o desarquivamento do inquérito policial a autoridade policial necessita de novas provas.
- C) O prazo para encerramento do inquérito policial no caso de réu preso, nos termos do código de processo penal é de 30 dias.
- D) Nos crimes de ação penal privada, encerrado o inquérito policial a autoridade policial poderá entregá-lo, por traslado, ao ofendido ou seu representante se assim for requerido.
- E) No curso do inquérito o ofendido não poderá requerer diligências.

Questão 57

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. O arquivamento implícito é uma construção doutrinária. Ele seria, inicialmente, decorrente da omissão do Ministério Público que deixa de narrar na denúncia um fato investigado no inquérito ou um indiciado.
- II. Classifica-se, doutrinariamente o arquivamento implícito em objetivo e subjetivo.
- III. A jurisprudência do STF é firme em admitir o instituto do arquivamento implícito na ação penal pública.
- IV. Uma vez arquivado o inquérito por falta de base para a denúncia, pelo princípio da segurança jurídica, a autoridade policial não poderá fazer novas pesquisas.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) III e IV.
- B) I e II.
- C) I e IV.
- D) II e III.
- E) I e III.

Questão 58

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. Em razão da decisão do STF a ação penal no crime de lesão corporal, ainda que leve, no âmbito da violência doméstica contra a mulher, é pública incondicionada, não sendo possível a retratação em sede policial. Não obstante, nos demais crimes de ação penal pública condicionada, como a ameaça no âmbito da violência doméstica, é admissível a renúncia ou retratação da representação pela mulher perante a autoridade policial.
- II. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica a autoridade policial deverá garantir à vítima proteção policial quando necessário, bem como fornecer transporte para a ofendida para abrigo ou local seguro.
- III. Por força da inviolabilidade constitucional do domicílio e dos demais princípios que asseguram um processo penal garantista, a autoridade policial não poderá acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do domicílio familiar.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) II e III.
- B) II.
- C) I.
- D) III.
- E) I e II.

Questão 59

Leia as frases a seguir e a partir dos respectivos conteúdos responda.

1. “Esse princípio fundamental de civilidade representa o fruto de uma opção garantista a favor da tutela da imunidade dos inocentes” (Luigi Ferrajoli).
2. “Basta ao corpo social que os culpados sejam geralmente punidos, pois é seu maior interesse que todos os inocentes sem exceção sejam protegidos” (Lauzé di Peret).
3. “A metafísica do direito penal propriamente dita é destinada a proteger os culpados dos excessos da autoridade social; a metafísica do direito processual tem por missão proteger dos abusos e dos erros da autoridade todos os cidadãos inocentes e honestos” (Francesco Carrara).

Qual princípio a seguir melhor sintetiza o conteúdo, as ideias e as preocupações acima expostas?

- A) Princípio da verdade real
- B) Devido processo penal
- C) Ampla defesa e contraditório
- D) *Nemo tenetur se detegere*
- E) Presunção de inocência

Questão 60

Lei as assertivas a seguir e responda.

- I. As duas últimas hipóteses do art. 302 do CPP [...] é perseguido, logo após, pela autoridade em situação que faça presumir ser autor da infração; [...] é encontrado, logo depois, com instrumentos que façam presumir ser ele autor da infração] não são flagrante, por isso que o legislador consignou; “considera-se em flagrante...”. Assim, não se pode permitir que o legislador diminua a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio, ampliando as situações que não são de verdadeiro flagrante. Assim, o ingresso no domicílio sem mandado só pode ocorrer diante de flagrante delito efetivo e real, o que exclui o presumido.
- II. A autoridade policial, no âmbito de uma investigação representa pela busca domiciliar apresentando fundamentos fáticos e jurídicos. O Ministério Público manifesta-se favoravelmente. O juiz defere o pleito e expede mandado de busca e apreensão. A ordem do juiz só pode ser cumprida durante o dia.
- III. Policiais militares amparados em fundadas razões advindas de denúncia anônima que dá notícia de situação de flagrante delito ingressam de maneira forçada no domicílio sem mandado durante a noite. A prova é lícita se justificada a posteriori.

As assertivas acima espelham respectivamente:

- A) I. A interpretação de parte da doutrina sobre a inviolabilidade do domicílio; II. A regência da Constituição de 1988 sobre a inviolabilidade do domicílio; III. O entendimento firmado, em repercussão geral, pela maioria dos Ministros do STF.
- B) I. O entendimento firmado, em repercussão geral, pela maioria dos Ministros do STF; II. A interpretação de parte da doutrina sobre a inviolabilidade do domicílio; III. A regência da Constituição de 1988 sobre a inviolabilidade do domicílio.
- C) I. O entendimento firmado, em repercussão geral, pela maioria dos Ministros do STJ; II. A interpretação de parte da doutrina sobre a inviolabilidade do domicílio; III. A regência da Constituição de 1988 sobre a inviolabilidade do domicílio.
- D) I. A regência da Constituição de 1988 sobre a inviolabilidade do domicílio; II. O entendimento firmado, em repercussão geral, pela maioria dos Ministros do STF; III. A interpretação de parte da doutrina sobre a inviolabilidade do domicílio.

- E) I. O entendimento firmado pela maioria dos Ministros do STF; II. A regência da Constituição de 1988 sobre a inviolabilidade do domicílio; III. A interpretação de parte da doutrina sobre a inviolabilidade do domicílio.

Questão 61

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Durante a interceptação telefônica, a descoberta de autoria, coautoria ou participação relativamente a fato investigado que originou a quebra do sigilo das comunicações reputa-se "conhecimento de investigação" e, portanto, constitui prova admissível.
- II. No âmbito da busca domiciliar, os conhecimentos fortuitos, assim considerados, as informações relativas a fato criminoso inteiramente estranho ao fato investigado, ressalvada a limitação quanto ao tipo de ação penal do crime fortuitamente descoberto, podem ser utilizados na persecução penal.
- III. Os conhecimentos fortuitos, assim considerados as informações sobre fato criminoso que não guardam relação de conexão e continência com o fato objeto de investigação, quando advindos no bojo da interceptação telefônica, só serão admissíveis quando o crime descoberto fortuitamente for punido no mínimo com detenção.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
B) III.
C) II.
D) I e III.
E) I e II.

Questão 62

A partir da regência legal sobre organização criminosa e os poderes gerais da requisição, assinale a alternativa correta.

- A) O Ministério Público tem poder de requisitar da autoridade policial a instauração de inquérito, a realização de diligência investigatória e o indiciamento de quem entenda ser autor do fato.
- B) O delegado de polícia poderá determinar a condução coercitiva do indiciado quando suspeitar que este não atenderá ao seu chamado.
- C) Podem realizar acordo de delação premiada o delegado de polícia, o Ministério Público e o Juiz.
- D) O delegado de polícia terá acesso, independentemente de autorização judicial, apenas aos dados cadastrais do investigado que informem exclusivamente a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito.
- E) O delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso, independentemente de autorização judicial, das informações relativas a chamadas originadas e recebidas do telefone do indiciado.

Questão 63

Considerando os princípios constitucionais que regem o processo penal, assinale a alternativa correta.

- A) Sobre a duração razoável do processo, duas teorias buscam reger sua aplicação, a saber: a teoria do não prazo e a teoria do prazo fixo.
- B) O princípio da dignidade da pessoa humana é um conceito vago e indeterminado e ideias kantianas de autonomia não contribuem para sua determinação.
- C) A duração razoável do processo é uma norma programática e por isso não possui qualquer eficácia imediata, dependendo totalmente de norma regulamentadora.
- D) O princípio *Nemo tenetur se detegere* tal qual expresso na jurisprudência do STF traduz-se, exclusivamente, no direito ao silêncio.
- E) Para o STF, o princípio da presunção de inocência não possui eficácia irradiante.

Questão 64

Sobre ação penal é correto afirmar que:

- A) a ação penal privada, em certos casos é personalíssima, só podendo o delegado de polícia instaurar inquérito, exclusivamente, no caso de requerimento do próprio ofendido.
- B) na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a perempção.
- C) quanto ao exercício, classifica-se em pública incondicionada, condicionada a representação do ofendido ou a resolução do Ministério da Justiça.
- D) na ação penal privada o querelante tem legitimidade ordinária.
- E) a ação penal pública rege-se pelos princípios da obrigatoriedade e disponibilidade, enquanto a privada rege-se pela oportunidade e indivisibilidade.

Questão 65

Bentinho, que é médico, vinha conduzindo seu veículo falando ao celular e não percebeu a retenção do trânsito e atingiu a traseira da motocicleta conduzida por Capitu. Prontamente parou o veículo, chamou o socorro e prestou os primeiros atendimentos à vítima que ficou gravemente ferida. Com a chegada da ambulância, Capitu foi removida para a emergência hospitalar, porém, veio a falecer no caminho. A polícia militar preservou o local do acidente, conduziu e apresentou Bentinho à autoridade policial. A autoridade policial, após advertir do direito ao silêncio, verificou que o conduzido portava CNH regular e em seguida ouviu Bentinho que confessou conduzir o veículo e falar ao celular, bem como ouviu as demais testemunhas que confirmaram a narrativa. Como deve proceder a Autoridade Policial?

- A) Deverá lavrar o auto de prisão em flagrante e representar pela suspensão da habilitação de dirigir veículo.
- B) Por se tratar de pena máxima de 04 anos, o delegado deverá arbitrar fiança.
- C) O Delegado de Polícia deverá lavrar o auto de prisão em flagrante.
- D) O delegado deverá registrar a ocorrência, instaurar inquérito por portaria, não impor ao indiciado a prisão em flagrante e nem exigir fiança.
- E) Deverá lavrar o termo circunstanciado e encaminhar ao Juizado Especial Criminal.

MEDICINA LEGAL**Questão 66**

Em certa fase da investigação penal, surgem dúvidas quanto à verdadeira causa da morte da vítima de homicídio. Assim, o Juiz determina que o Delegado de Polícia busque os dados que precisa através da:

- A) inumação, que pode ser realizada em qualquer fase processual.
- B) exumação, que pode ser realizada apenas nas quarenta e oito primeiras horas após a morte.
- C) exumação, que pode ser feita a qualquer tempo.
- D) exumação, que pode ser feita apenas na fase de ação penal.
- E) inumação, que pode ser realizada apenas na fase de ação penal.

Questão 67

A ordem das lesões que se cruzam e são produzidas por ação cortante decorrente de armas brancas pode ser observada através do sinal de:

- A) Richter.
- B) Chavigny.
- C) Knight.
- D) Simonin.
- E) Legrand Du Saulle.

Questão 68

Durante a necropsia de um cadáver é encontrado o sinal de Montalti. Este sinal é um importante indício para saber se a vítima:

- A) sofreu alguma espécie de barotrauma.
- B) possui lesões provocadas pela eletricidade.
- C) ingeriu alguma substância líquida que a levou a óbito.
- D) possui lesões provocadas por projéteis de arma de fogo.
- E) respirou, pois pode ser observada fuligem ao longo das vias respiratórias.

Questão 69

No que se refere ao tema "identificação", os ângulos de Jacquart, Cloquet e Curvier são verificados:

- A) no tórax.
- B) nas pernas.
- C) nos braços.
- D) na bacia.
- E) no crânio.

Questão 70

De acordo com a classificação de Afrânio Peixoto, as asfixias podem ser definidas como puras, complexas e mistas. Acerca desta classificação, é um exemplo de asfixia pura a(o):

- A) esganadura.
- B) enforcamento.
- C) confinamento.
- D) empalamento.
- E) estrangulamento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL**Questão 71**

Sobre os crimes previstos na Lei nº 9.605, de 1998, é correto afirmar que:

- A) o simples transporte de balões que tenham a potencialidade para provocar incêndios é conduta incriminada na lei especial.
- B) no crime de maus-tratos contra animais domésticos, o bem jurídico-penal tutelado é indiscutivelmente a conservação da natureza.
- C) as condutas de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, e destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, são condutas previstas no mesmo tipo penal, ao passo em que o corte de árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, está inculcado em dispositivo diverso.
- D) condutas incriminando a extração irregular de minérios não integram o âmbito da Lei nº 9.605/1998, mas são atinentes à lei especial diversa.
- E) o delito de causar poluição não admite a modalidade culposa.

Questão 72

Ao manobrar veículo automotor no interior de uma garagem particular, Felisberto, descuidadamente, atropela a amiga Marinalva, que orientava a manobra, a qual sofre lesões corporais de natureza leve. Durante a investigação do fato, descobre-se que Felisberto não possuía permissão ou habilitação para dirigir veículos automotores. Contudo, logo depois, a vítima comparece à Delegacia de Polícia e se retrata da representação anteriormente oferecida. Passados seis meses, é correto afirmar que Felisberto:

- A) poderá ser criminalmente responsabilizado por lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (art. 303 da Lei nº 9.503).
- B) não poderá ser criminalmente responsabilizado.
- C) poderá ser criminalmente responsabilizado por contravenção penal de dirigir veículo sem habilitação (art. 32 do Decreto-Lei nº 3.688).
- D) poderá ser criminalmente responsabilizado por dirigir veículo automotor sem permissão ou habilitação, ou quando cassado o direito de dirigir (art. 309 da Lei nº 9.503).
- E) poderá ser criminalmente responsabilizado por lesão corporal culposa na direção de veículo automotor majorada (art. 303, parágrafo único, da Lei nº 9.503).

Questão 73

Sobre os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, assinale a resposta correta.

- A) O crime previsto no art. 14 do Estatuto (porte ilegal de arma de fogo de uso permitido) versa sobre armas de fogo e munições, não contemplando os acessórios entre suas elementares.
- B) Entende-se como posse de arma de fogo a conduta de possuir ou manter arma em casa ou local de trabalho, qualquer que seja ele, em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- C) Comete o crime do art. 14 do Estatuto o praticante de tiro esportivo que transporta arma de fogo municionada, quando a guia de tráfego autoriza apenas o transporte de arma desmunicionada.
- D) Para a consumação da infração penal prevista no art. 13 do Estatuto, basta que o sujeito ativo omita as cautelas necessárias para impedir que pessoas menores de 18 anos ou portadores de deficiência mental se apoderem de munições.
- E) O porte de simulacro de arma de fogo de uso restrito caracteriza o crime previsto no art. 16 do Estatuto.

Questão 74

A Lei nº 12.830, de 2013, dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) o indiciamento é ato privativo do delegado, que deve fundamentá-lo através de análise técnico-jurídica do fato, indicando autoria e materialidade, bem como suas circunstâncias.
- B) apenas bacharéis em direito podem ocupar o cargo de delegado de polícia, ao qual deverá ser dispensado o mesmo tratamento protocolar dispensado a advogados, defensores públicos e promotores de Justiça, ressalvado o tratamento reservado a magistrados.
- C) a lei específica que a perícia criminal deve ser independente, não se sujeitando a requisições formuladas pelo delegado de polícia.
- D) o inquérito policial somente poderá ser avocado e redistribuído pelas corregedorias de polícia, por motivo de interesse público.
- E) o delegado goza de inamovibilidade limitada, podendo sua remoção se dar apenas a pedido ou por decisão judicial transitada em julgado.

Questão 75

Analisando os casos concretos a seguir especificados, assinale a alternativa que contempla crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- A) A fim de denegrir a imagem da ex-namorada Abigail, de 13 anos de idade, o adulto Genivaldo publica em rede social foto real de uma atriz de filmes pornográficos em cena de sexo explícito, a qual é muito parecida com a adolescente, afirmando falsamente se tratar de um retrato desta.
- B) Após ser procurado por Joacir, criança de 6 anos de idade, o comerciante Nicanor vende ao garoto fogos de artifício que, por seu reduzido potencial ofensivo, não podem produzir danos físicos.
- C) Cleberson induz Marielen, adolescente de perceptíveis 14 anos de idade, a fugir da casa em que reside por determinação de seus pais.
- D) Lindolfo, através de um aplicativo de celular, induz o adolescente Inaldo, cuja idade conhece, a praticar ato análogo a contravenção penal, efetivado pelo adolescente.
- E) A fim de advertir o filho Emildo, adolescente, sobre os efeitos das drogas, Almor entrega a ele um cigarro de maconha, obrigando-o a fumá-lo.

Questão 76

Jeremias integra de forma estável e permanente a estrutura da facção criminosa instalada em determinada comunidade, exercendo dupla função: é responsável por manter droga em depósito para revenda e, em outras oportunidades, serve como "fogueteiro", em razão do que aciona fogos de artifício toda vez que percebe a ação de policiais ou de grupos rivais naquela localidade, a fim de alertar os demais integrantes de sua facção. Nesse contexto, é correto afirmar que Jeremias pratica o(s) crime(s) previsto(s) no(s) artigo(s):

- A) 33, da Lei nº 11.343, de 2006.
- B) 33, 35 e 37, da Lei nº 11.343, de 2006.
- C) 33 e 35, da Lei nº 11.343, de 2006.
- D) 33 e 37, da Lei nº 11.343, de 2006.
- E) 35, da Lei nº 11.343, de 2006.

Questão 77

Sobre as garantias penais e processuais previstas na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- A) a duração razoável do processo, no que concerne à pessoa privada de sua liberdade, não encontra referência explícita na Convenção, ao contrário da necessária e imediata apresentação da pessoa a um juiz, expressamente mencionada.
- B) a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), analisando o art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica, entendeu que a incriminação do desacato não é compatível com o texto da Convenção.
- C) determina a Convenção que todo processo penal deve ser público, sendo vedada qualquer espécie de sigilo, a fim de que a sociedade possa fiscalizar a correta aplicação das garantias processuais.
- D) o Pacto de São José da Costa Rica estabelece a presunção de inocência enquanto não provada legalmente a culpa da pessoa, repudiando expressamente a execução da pena após sentença condenatória em segunda instância.
- E) a teoria concepcionista, que, em linhas gerais, estabelece a proteção à vida desde o momento da concepção, encontra respaldo no art. 4. da Convenção e determina de forma inquestionável o momento em que surge a vida intrauterina e, conseqüentemente, a interpretação sobre a abrangência do abortamento criminoso.

Questão 78

Adamastor, em ação baseada no gênero, praticou vias de fato contra sua sogra Carmelita, com quem coabitava, razão pela qual foram deferidas pelo juízo competente medidas protetivas que obrigaram o agressor a afastar-se do lar e a manter certa distância em relação à ofendida. Adamastor, no entanto, manifestou sua irresignação judicialmente, pleiteando a revogação das medidas com esteio nos seguintes argumentos: (I) a Lei nº 11.340 não se aplicaria às relações de parentesco por afinidade; (II) igualmente, o diploma não teria incidência sobre as contravenções penais, por força de seu art. 41; e (III) a Lei nº 11.340 seria inconstitucional, por criar situação de desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Assim, com esteio na jurisprudência dominante nos tribunais superiores, a irresignação de Adamastor:

- A) não merece prosperar.
- B) merece prosperar, com esteio no terceiro argumento.
- C) merece prosperar, com esteio nos dois primeiros argumentos.
- D) merece prosperar, com esteio no primeiro argumento.
- E) merece prosperar, com esteio no segundo argumento.

Questão 79

Cuida a Lei nº 4.898, de 1965, do direito de representação e do processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade. Sobre o tema, analise as assertivas a seguir e assinale a correta.

- A) Os crimes do art. 3º da Lei nº 4.898 são classificados como delitos de mão própria.
- B) O abuso de autoridade praticado por militar em serviço é da competência da Justiça Militar, estadual ou federal.
- C) Aos crimes previstos na Lei nº 4.898 não se aplica o instituto da transação penal, contemplado pelo art. 76 da Lei nº 9.099.
- D) Sequer excepcionalmente os crimes previstos na Lei nº 4.898 admitem a modalidade culposa.
- E) Somente será considerado autoridade para a finalidade de aplicação da Lei nº 4898 o ocupante remunerado de cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar.

Questão 80

Honorato adquiriu regularmente um programa de computador para uso pessoal. Contudo, desejando realizar uma cópia de segurança, reproduziu o conteúdo em mídia digital, guardando-a consigo. Considerando que Honorato não possuía expressa autorização do autor do programa para o ato, é correto afirmar que sua conduta:

- A) não constitui crime.
- B) constitui crime previsto no Código Penal.
- C) constitui crime previsto no art. 12 da Lei nº 9.609, cujo processamento se dará mediante ação pública incondicionada.
- D) constitui crime previsto no art. 12 da Lei nº 9.609, cujo processamento se dará mediante ação pública condicionada à representação do ofendido.
- E) constitui crime previsto no art. 12 da Lei nº 9.609, cujo processamento se dará mediante ação privada.